

RELATÓRIO PRELIMINAR RORAIMA

Como de praxe no DGPC, para servidores de volta de trabalho de campo, dirijo-me a V.Sa. no sentido de relatar os trabalhos por mim desenvolvidos no G.T. Roraima, relatório este necessário, inclusive, na medida em que notícias truncadas e contraditórias de fontes incertas - terem sido divulgadas no âmbito da DEP e do DGPC em geral sobre a participação de seus técnicos no dito trabalho.

O interesse pois do presente, é o de cumprir uma rotina desta Divisão, mas também o de concorrer para o estabelecimento da verdade no que respeita à participação acima referida.

De acordo com a Portaria Nº 550/P, de 21 de outubro de 1977, e no período de 24 de outubro a 17 de novembro/77, participei do trabalho em consideração na qualidade de Coordenadora do Subgrupo II do G.T. Roraima, do qual participamos seguintes técnicos: ISA MARIA PACHECO ROGEDO - Antropóloga "B", do DGPC; ENI PEREIRA ZICA - Geógrafa "B", do DGPC; ROGER MARTINS GONÇALVES - Técnico Indigenista "C", da 10ª DR; JUAREZ - Técnico Agrícola do INCRA e ainda o Senhor Cabo Veras motorista da viatura da Polícia do Território que nos serviu de transporte nas áreas levantadas.

Iniciamos o levantamento, instruído conforme Portaria já citada, na Região do Rio Parimé. Nesta área visitamos as malocas: Ponta da Serra, Urucuri e Juracy constituídas dos grupos Wapixána e Makuxí; com uma população de 105 pessoas distribuídas em 20 casas. Propusemos uma única área para as Malocas citadas, conforme consenso dos habitantes representados por seus tuchauas.

Na região do Rio Amajari, propusemos área conjugada para as Malocas: Guariba, Boqueirão, Mangueira; constituídas pelos grupos Wapixaná e Makuxí, com uma população de

412 pessoas e 72 casas. Também nesta região, depois de levantar a Maloca por Maloca e área de ocupação de cada uma, reunimos na Maloca do Araçá os tucháuas e representantes possíveis das citadas Malocas. Depois de discutidos todos os pontos sobre a área de ocupação dos índios; ou seja, de ocupação histórica e atual, aqui abrangendo área de caça, coleta, cultivada, onde têm seus cemitérios etc, além de expormos as dificuldades de delimitação e demarcação que por vezes sofre a FUNAI, e expormos aos índios conforme o Estatuto o direito que têm sobre as terras que habitam, terras estas na sua maioria de posse imemorial, os representantes das aldeias traçaram os limites de sua área.

Ainda na Região do Rio Amajari, delimitamos área para as malocas do Cajueiro e Juazeiro, grupos Makuxi e Wapixána; 40 pessoas, 5 casas; Maloca do Aningal, grupos Makuxi, Wapixána e Jaricuna, 61 pessoas, 9 casas, e Maloca do Ananás, grupos Makuxi e Wapixana, 8 casas, 50 pessoas.

Na região do Rio Ereú, na chamada Maloca Ereú, Enseada Grande ou Maloca Santa Inez, constituída de grupos Wapixána e Makuxi, propusemos uma área para 58 pessoas distribuídas em 9 casas.

Após o levantamento destas três regiões, partimos para a Fazenda São Marcos e levantamos as Malocas agregadas ao PI Boca da Mata, ou seja: Sorocaima, Bananal, Orocaima, Boca da Mata e Curicaca, todas na região denominada Boca da Mata, com uma população de 284 pessoas e 50 casas.

Não propusemos área para estes índios uma vez, como é do conhecimento de todos, que a Fazenda São Marcos foi doada às Comunidades Makuxi - Wapixána; portanto são donos legítimos da terra e segundo dito popular de "papel passado", nem sendo preciso falar da posse histórica.

Neste ponto quero esclarecer uma denúncia feita por escrito pelo Senhor Cabo Veras e entregue ao Senhor Presidente pela antropóloga Ana Maria da Paixão, sem o consenso de todo grupo que além do chofer era constituído por 4 técnicos.

Apesar da Fazenda São Marcos ser de posse incont
ente dos índios, a área do PI Boca da Mata está repleta de inva
sores. Muito trabalhou o ex-Delegado da 10ª DR, Senhor José Car
los Alves, para a retirada destes posseiros; foi dado até um pra
zo de 90 dias, sem que os mesmos se retirassem da área.

A cem metros da Maloca Boca da Mata passa a cer
ca de uma posse. Os donos da posse sempre criaram atritos com a
comunidade indígena e os representantes da FUNAI na área. Por
pressões da comunidade e do ex-Delegado da 10ª DR, a posse foi
abandonada e, nesta condição, a encontramos. O que foi aventa
do entre os técnicos da equipe e a enfermeira Abrelina, atual chefe
do PI Boca da Mata, por sugestão minha, seria a ocupação da casa
da posse como enfermaria ou mesmo moradia do chefe de posto.

Isto posto, fomos fazer uma vistoria na casa e
constatamos a precariedade da mesma; mesmo com consertos não ser
viria para nada.

Colocamos então a hipótese de serem aproveita
dos os materiais da casa como telhas, janelas, portas etc. para
alguma benfeitoria no Posto.

Quero deixar bem claro que todas estas idéias
foram colocadas entre os técnicos da equipe e a enfermeira Abre
lina, e delas não tomou parte, nem foi convidado a opinar o Se
nhor Cabo Veras, por não fazer parte da equipe técnica & ser vis
to por nós simplesmente como um motorista. Quero deixar bem cla
ro ainda que estas idéias não foram levadas aos índios, ficando
para o chefe do Posto consultar ao Senhor Delegado de como agir
no caso.

A ocupação da casa, ou o aproveitamento do mate
rial da mesma seria no nosso ponto de vista, completamente líci
to uma vez que está dentro da Maloca Boca da Mata portanto de
posse incont
ratável dos índios. Outro ponto, foi abandonada, e
esta ocupação não causaria nenhum problema para os índios, e
por último evitaria nova ocupação da posse por terceiros.

Terminado o levantamento na Região da Boca da
Mata seguimos para o Surumu, local onde deixei a equipe sob a

coordenação de Eni Pereira Zica, e por motivos de ordem particular tive que retornar a Brasília.

Como, coordenadora da equipe, passo a comentar a participação dos integrantes do grupo:

1. Juarez, funcionário do INCRA, no princípio um pouco relutante quanto ao trabalho que teve de ser constante, incessante e até mesmo forçado, foi aos poucos se adaptando e colaborou bastante, executando bem a parte que lhe coube;
2. Roger, técnico indigenista, sua colaboração também prestimosa. Atritos houveram no princípio entre o mesmo e a coordenadora, talvez pela falta de preparo ou mesmo boa vontade do referido Senhor para executar uma tão grande e responsável tarefa no mais curto espaço de tempo. Mas, também, logo se adaptou ao tipo de trabalho, conscientizou-se da importância do mesmo, demonstrando um razoável espírito indigenista;
3. Eni Pereira Zica, seu trabalho já era de muito nosso conhecido na DEP. Continuou em campo demonstrando sua inegável e grande capacidade técnica. Com objetividade, lucidez e segurança arcou com a delimitação das áreas pleiteadas pelos índios, entrando nos mínimos detalhes e minúcias para dirimir qualquer tipo de dúvida que, hipoteticamente, pudessem posteriormente surgir em desfavor das comunidades indígenas, demonstrando com isto seu alto e louvável espírito indigenista;
4. Cabo Veras, como já dissemos, foi o motorista da equipe, tarefa de que desincumbiu bem. No entanto a sua forte atração por bares e aperitivos por vezes nos atrasou nas viagens, momentos nos quais fazíamos valer nossa condição de coordenadora do trabalho chamando-lhe a atenção e pedindo-lhe melhor colaboração.

Muito embora, o desempenho dos técnicos sob minha coordenação, tenha sido razoável em termos de conscientização e esforço quanto a realização do trabalho, no entanto, devido às condições de campo quanto a acesso a este, do limitado prazo, quanto finalmente de articulação do subgrupo com a Coordenação Geral, os resultados a que pudemos chegar não alcançam, no meu ponto de vista, nível plenamente aceitável.

Tal julgamento começa de início a se firmar pelo fato de termos de aguardar em Boa Vista 7 dias até que se iniciasse propriamente o trabalho. Tal período, que seria extremamente útil se bem aplicado em campo, revelou-se como improdutivo, ocioso e desgastante, além de extremamente oneroso para o Órgão, representando, além disto, desperdício de razoável parcela do já minguido prazo destinado ao trabalho.

A limitação do prazo, ao nosso ver, indiscutivelmente insuficiente, não permitiu de forma alguma, a captação de fato das dificuldades e não possibilitou uma visão completa dos diferentes aspectos culturais dos grupos, pontos importantíssimos para a realização de um trabalho que nos permite a tranquilidade de um dever satisfatoriamente cumprido.

Sugerimos que trabalhos desta natureza sejam mais criteriosamente tratados quanto ao aspecto do prazo e preparo dos técnicos.

Os fatos acima descritos atestam bem a complexidade dos trabalhos para os quais fomos uma dos designados.

Acreditamos que a execução de qualquer levantamento está intimamente ligada a uma linha de pensamento que rege cada caso concreto. E os problemas se bem colocados geralmente já apresentam metade das soluções.

A auto-crítica, ao nosso ver obrigatória para obtenção de conclusões eficazes, por uma questão de honestidade científico-profissional, deveria ser compromisso de todos os membros do G.T.

A delimitação de áreas é o resultado de uma interpretação consciente da problemática e/ou situação interétnica a que estão submetidos os grupos indígenas, nos vários níveis: local, regional e nacional.

Necessário a essa delimitação portanto, um conhecimento tão completo quanto possível do fenômeno abordado, pois só esse conhecimento permitirá traçar as linhas de intervenção a serem implantadas, podendo nelas serem incluídas os projetos de D.C. que venham trazer benefícios às comunidades Roraimenses.

Daí, que em nosso entender a necessidade da análise da atuação da Coordenação do G.T., que em nosso caso, recai sobre a representante da FUNAI, antropóloga Ana Maria da Paixão, é central para compreensão do desempenho genérico dos integrantes do G.T. Roraima.

Consideramos que dentre os pré-requisitos, que devem ser exigidos como características da coordenação para uma orientação bem sucedida de trabalhos, em primeira instância devem ser os seguintes:

1. maior experiência no trato de problemas antropológicos e sociológicos de delimitação de áreas indígenas a um nível regional de análise;
2. maior conhecimento do universo empírico e teórico da situação intersocietária (brancos/índios) que cria obstáculos de natureza econômico-político-social que afetam sobremaneira os grupos indígenas;
3. maior habilidade técnico-administrativa e conseqüente equilíbrio emocional, que motivassem um relacionamento mais adequado com os integrantes de GTs, possibilitando uma conjunção de esforços e idéias tendo em vista manutenção do espírito de equipe, essencial a realização dos trabalhos.

As várias observações, que abaixo registraremos, tem como única finalidade emprestar às afirmações acima, o grau de fidedignidade, para que se constituam em elementos de juízo aptos a serem utilizados convenientemente e acertadamente pelas esferas decisórias.

1. a coordenação pecou, a nosso ver, por querer imprimir aos trabalhos de Roraima uma linha bastante pessoal e não grupal como seria de se esperar, tivesse em vista aprovações e sugestões consensuais, para elaboração de diretrizes e soluções de problemas surgidos no decorrer dos levantamentos;
2. a coordenação se houve de forma a suscitar dúvidas e indagações por parte dos coordenados, quanto ao necessário e pertamente intercâmbio de informações que deveriam subsidiar decisões coletivas quanto as áreas a serem levantadas ou em levantamento;

3. a demora de 7 dias em Boa Vista, já registrada, que obrigou o retardamento dos trabalhos de campo foi para nós inexplicável, uma vez que a coordenação já estava há bastante tempo somente a disposição do G.T., preparando a saída dos subgrupos.
4. registra-se como digno de nota o fato de que a coordenação em verdadeira dramatização da situação do trabalho alegou ser al vo de pressões de ordem físico-moral, sem esclarecer quanto às conseqüências desses fatos para o desenvolvimento dos tra**ba**lhos e progresso operacional da equipe.

Convém ressaltar, que o nosso subgrupo, pelo me nos não sofreu qualquer tipo de ameaça, tendo tido tranqüili dade suficiente para realizar o trabalho;

5. o entendimento aos subgrupos foi irregular, com maior apoio a um em detrimento de outros;
6. apesar de ter sido incumbida também da coordenação de um dos subgrupos, permaneceu quase todo o tempo em Boa Vista, passan do essa coordenação a outro técnico do DGPC.

- Lamentamos que o alto investimento feito por es ta Fundação tendo em vista a realização do levantamento propo to, veja-se agora, na fase de elaboração final dos dados colhi dos em campo, comprometido pela ausência de técnicos que dele par ticiparam, quais Celina Maria Jardim Braga e Eni Pereira Zica.

- Lamentamos que ao investimento acima referido se some a perda para essa Fundação dos investimentos, (dois anos de re cursos e esforços) em dois técnicos, em nosso entender compe tentes e enquadrados no espírito que deveria reger a filosofia de trabalho indigenista, independentemente de questões e/ou rivali dades de ordem pessoal, sejam elas técnico-profissionais ou me ramente intelectuais.

As observações acima têm por único objetivo for necer a essa Fundação a nossa contribuição. Informamos que o relatório técnico está sendo por nós elaborado, como legítimos in tegrantes do GT Roraima.

La Maria P. Rogado

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO — FUNAI

Memo. nº 030/78 - DGPC

09.03.78

Antropóloga Isa Maria Pacheco Rogedo
Senhora Chefe da DEP
encaminhamento (faz)

Senhora Chefe:

Cumpre-me encaminhar a V.Sa. relatório preliminar oriundo de minha permanência no Território Federal de Roraima, em cumprimento a Portaria nº 550/P, de 21 de outubro de 1.977.

Atenciosamente,

Isa Maria Pacheco Rogedo
ISA MARIA PACHECO ROGEDO
Antropóloga

RJSL/dcs.